



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 1272/25

Realizada a pesquisa, sobre a matéria foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 15.177, de 23 de julho de 2025, que estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e outras companhias em que a União, Estado, Distrito Federal ou Município detenham a maioria do capital social com direito a voto; e altera a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).
- Lei Federal nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra mulheres durante períodos eleitorais e no exercício de seus direitos políticos e funções públicas
- Lei Federal nº 15.177, de 23 de julho de 2025, que estabelece quota mínima de participação de mulheres em conselhos de administração de empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas controladas pelo poder público — fortalecendo a presença feminina em posições de liderança corporativa.
- Lei Federal nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens no mercado de trabalho formal, reforçando a equiparação salarial para trabalho de igual valor e estabelecendo medidas de transparência, fiscalização e canais de denúncia contra discriminação salarial de gênero.
- Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), que estabelece normas para as eleições no Brasil, incluindo o artigo 10 que determina a cota mínima de 30% e máxima de 70% para candidaturas de cada gênero nas eleições proporcionais (deputados federais, estaduais, distritais e vereadores).
- Lei Federal nº 14.667, de 4 de setembro de 2023, que institui a Semana Nacional do Empreendedorismo Feminino.
- Decreto Federal nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto nº 11.994, de 10 de abril de 2024, que institui a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino - Estratégia Elas Empreendem e o Comitê de Empreendedorismo Feminino.
- Lei Estadual nº 17.923, de 26 de abril de 2024, que institui o “Dia da Mulher Empresária” no calendário oficial do Estado de São Paulo, a ser comemorado anualmente em 17 de agosto, com o objetivo de reconhecer e valorizar as mulheres empresárias e seu papel no desenvolvimento econômico.
- Lei Estadual nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, que consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher, reunindo normas estaduais que garantem direitos das mulheres e políticas públicas de proteção contra discriminação e violência no Estado de São Paulo.
- Lei Estadual nº 15.099, de 25 de Julho de 2.013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para as microempresas e para as empresas de pequeno porte no estado de São Paulo;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 17.686, de 19 de outubro de 2021, que institui o Selo “Empresa Amiga da Mulher” às empresas privadas que cumprirem metas de valorização da plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, com o objetivo de premiar práticas de promoção da igualdade de gênero, oportunidades de carreira e condições de ascensão profissional.
- Decreto Municipal nº 62.732, de 5 de setembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 17.686/2021, definindo critérios para o Selo “Empresa Amiga da Mulher”, incluindo elementos de igualdade de gênero, combate à discriminação e apoio às mulheres no ambiente de trabalho.
- Lei Municipal nº 16.604, de 2016, que institui o sistema “A Mulher na Política” no município, programa destinado à conscientização sobre a importância da participação da mulher nas atividades públicas e políticas municipais.
- Lei Municipal nº 18.109, de 3 de maio de 2024, que cria o Programa de fortalecimento da saúde mental e enfrentamento à violência psicológica entre mulheres (Wollyng) na cidade de São Paulo, com foco no apoio integral às mulheres
- Lei Municipal nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, que adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz



de políticas públicas em âmbito municipal, institui o Programa de sua implementação, autoriza a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dá outras providências.

PL 1278/2025 Institui o Programa Municipal "Mulheres Guardiãs: Lideranças na Prevenção de Riscos", e dá outras providências.

PL 697/2025 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, a Campanha Permanente do Banco Vermelho como instrumento de conscientização, educação e enfrentamento à violência contra a mulher, e dá outras providências.

PL 418/2025 Dispõe sobre a criação do Observatório da Violência Política Digital de Gênero e/ou Raça contra Mulheres no âmbito municipal e dá outras providências.

PL 267/2025 Institui as Prateleiras Maria da Penha nas escolas e bibliotecas municipais de São Paulo, e dá outras providências.

PL 143/2024 Institui a política municipal de enfrentamento à violência política de gênero e raça e dá outras providências.

PL 868/2021 Institui a Política Municipal de Prevenção e Combate à Violência Política contra a mulher e cria observatório de monitoramento no município de São Paulo a fim de nortear a implementação de políticas públicas com perspectivas de gênero e dá outras providências.

PR 21/2019 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, DA FRENTE PARLAMENTAR DE DEFESA DA IGUALDADE NA REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NA POLÍTICA E NA SOCIEDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068